

A concepção de H. Daly sobre o desenvolvimento sem crescimento em Marx nos tempos de pandemia

H. Daly's conception of development without growth in Marx during times of pandemic

Liodoro de Mello é Doutorando em Energia pela Universidade Federal do ABC 2020, mestre em Energia pela Universidade Federal do ABC, 2019-2020. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

Contato: mello.liodoro@ufabc.edu.br

Resumo

Desde meados do século XIX, a palavra progresso assumiu a forma de pensar e agir economicamente da sociedade contemporânea. Era o início da Revolução Industrial. O pensamento positivista, cujo principal mentor teria sido o sociólogo e filósofo francês Augusto Comte, perpassa por essa postura. O progresso foi considerado a principal forma de desenvolvimento, regendo o mundo capitalista e também moldando parte das políticas dos países que adotaram o socialismo real. Para ilustrar esse tema são apresentadas partes das teses de Herman Edward Daly, crescimento sem desenvolvimento, e de Karl Heinrich Marx, crescimento com equidade social fora do capitalismo.

Progresso. Sociedade. Consumo. Ambiental.
Desenvolvimento.

Abstract

Since the middle of the 19th century, the word progress shaped the way of thinking and acting economically in the contemporary society. It gain force in the beginning of the Industrial Revolution. Positivism, whose main mentor was the French sociologist and philosopher Auguste Comte, disseminated this posture. Progress has been considered the



main form of development, governing the capitalist world and also shaping part of the policies of the countries that adopted real socialism. To elaborate this theme, part of the theses of Herman Edward Daly, regarding growth without development, and of Karl Heinrich Marx, regarding growth with social equity outside capitalism, are presented

Keywords: Progress. Society. Consumption. Environmental. Development.

1. Introdução

O presente texto objetiva estabelecer uma relação entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento propostos pelo economista americano Herman Daly, nascido em 1938, e pelo filósofo alemão Karl Marx, nascido em 1818. Pretende discutir a visão desde os fisiocratas até os neoclássicos quanto às questões do crescimento e desenvolvimento. Ao final será destacada a aproximação do pensamento de Daly e Marx, no que diz respeito ao bem-estar social e o antagonismo entre progresso sem crescimento. Esses conceitos de crescimento e desenvolvimento têm implicações distintas sobre a prática política, porém, pode não existir contrastes de posições entre esses dois autores, no mínimo em relação a este tema. De modo que a visão de Herman E. Daly, retirada da Revista Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004, é a de que o desenvolvimento deve ser entendido sem crescimento. Em outras palavras, crescimento sustentável é impossível, nesse caso, pois as mudanças econômicas são quantitativas, muito diferentes de qualitativas. Segundo Bonente (2014, p. 276), Marx nessa temática, descreve que o desenvolvimento está associado ao trânsito inexorável por etapas históricas bem definidas.

A verdadeira história humana, como uma sucessão de modos de produção (movida pelas contradições que se estabelecem entre forças produtivas e relações de produção, ou entre base econômica e superestrutura), cujo fim, ou estágio último, seria o comunismo. Além disso, esses autores, cada um em seu tempo, discutiram essas teorias como exclusivamente teorias do desenvolvimento capitalista. Tanto no sentido de que o limite teórico e prático da sua intervenção é o capitalismo quanto no sentido de que ao fazê-lo projetam o capitalismo (uma imagem dele, ao menos) como figura inexorável do futuro da humanidade.



1.1 O progresso: crescimento e desenvolvimento

Nessa interação entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento surge o progresso entendido como aumento das atividades. O progresso teria sido discutido, também, pela doutrina do positivismo de Isidore Auguste Marie François Xavier Comte, ou simplesmente Auguste Comte, em Genua (2004, p. 36), em meio ao desenvolvimento do Iluminismo, das crises sociais e morais do fim da Idade Média e do surgimento da sociedade da indústria, que foi marcado com a Revolução Francesa. Atualmente o progresso é resultado da produtividade industrial, da busca pela maximização do capital, que resulta em guerras, doenças, epidemias transformadas em pandemias, como a da COVID-19. Na outra ponta, o progresso fruto do crescimento hoje estabelecido resulta em crises econômicas, pois os recursos são limitados, então explorados de maneira desenfreada, até mesmo irracional. Torna-se inevitável o impacto ambiental negativo, decorrente dessa exploração sem critério, resultando em problemas de aquecimento global, efeito estufa, chuva ácida, poluição do solo, rios e mares, em detrimento das sociedades. Na prática, o progresso significa a criação de inúmeras fábricas e indústria, que tem no capital, trabalho e consumo o substrato de sua reprodução, sem a preocupação com o tipo de sociedade que nos espera para o futuro. Uma vez que esses recursos estão sendo explorados, com base em um modelo considerado eficiente. Em outro contexto, o desenvolvimento, historicamente associado ao progresso a qualquer custo. Reafirma-se o conceito de Darly (1991, pp. 32-46) de que:

“não faz sentido se falar em progresso ou crescimento, com base somente no conhecimento, na tecnologia, na organização, sem distribuição de renda”.

A própria alocação dos recursos produtivos causa uma desproporcional exploração e, com isso, o crescimento jamais poderá ser chamado de sustentável, dadas as atuais proporções do sistema econômico contemporâneo e a relação desigual entre o homem e a natureza. Para Marx (1979, pp. 148-156):

“aquela que critica o que é sob as bases do que poderia ser – que aponta para a possibilidade de outra formação social”.

De maneira que não há distribuição de renda com equidade social, em um modelo que não reconhece o trabalho como forma de reprodução da riqueza. Em outra concepção de Marx e Engels (1998), “o desenvolvimento capitalista se apresenta



como uma fase historicamente contingente do desenvolvimento social, em geral sendo necessário e possível realizar uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista”. Acha-se desvendado o verdadeiro desenvolvimento que, em sua essência, deve espessar grandes mudanças estruturais, que se efetivarão por extensão, com a adaptação cultural, as transformações ideológicas, de conhecimento e reflexão sobre a natureza e de paradigmas. Afinal, modelos que visam reformas com somente uma única dimensão não prosperam. Isso inclui a nova ética filosófica de Pietro Ubaldi (p. 120), como: “o estudo do conjunto de valores morais do homem”, ou a conscientização e conseqüente preocupação com suas ações, como parte da natureza, e, não sendo o dono dela, portanto, aceitando que sua necessidade harmônica constante com a natureza, ou mesmo a ciência do ambiente.

1.2 A crítica ao desenvolvimento sustentável

Para Giulian (1998), entre as décadas de 1960 e 70 emergiu a “ciência do ambiente”, uma disciplina científica que buscava uma síntese interdisciplinar das ciências que, de alguma maneira, poderiam contribuir para a compreensão e a solução dos problemas ambientais¹. Trata-se, em grande parte, de textos de biólogos, demógrafos, geólogos, geógrafos, filósofos, jornalistas e de alguns economistas “heréticos”, como Nicholas Georgescu-Roegen em 1951 e Herman Daly, expoentes da chamada “economia ecológica”, uma disciplina contestada pelos economistas de qualquer corrente mais canônica (DALY, 2004). Para Freitas (2012), Nélsis (2012) e Nunes (2012):

“a primeira abordagem, denominada “econômico-liberal de mercado”, parte do pressuposto de que “pressão de concorrência, crescimento econômico e prosperidade levariam automaticamente ao uso racional dos recursos naturais, ao progresso tecnológico e às novas necessidades de consumo compatíveis com as exigências do meio ambiente”.

Outra abordagem de pensamento, denominada de “ecológico-tecnocrata de planejamento” (BANCO MUNDIAL, 1994; SACHS, 1986; OPHULS; BOYAN JR, 1992; HEILRONER, 1974 apud FREY, 2001):

“Era composta por várias correntes de pensamento, entre elas o ecodesenvolvimento, em síntese nessa abordagem “a proposta de compatibilidade do desenvolvimento econômico com a preservação dos recursos naturais, e que estes devem ser alvo prioritário da intervenção estatal. Seus resultados conduzem ao que se pode chamar de biocêntrica, bioeconomia ou economia ecológica”.

1. Não estamos aqui considerando a chamada Escola Ecológica de Chicago, fundada por Robert E. Park e Ernest W. Burgess nos anos 1920, cujas grandes monografias urbanas são verdadeiros estudos socioantropológicos que recorrem ao termo “ecológico” porque consideram a cidade, ou seus bairros, como “ambiente” dos grupos sociais estudados. (GIULIAN, 1998).



O termo desenvolvimento sustentável fazia parte do arcabouço teórico concebido pelo economista polonês, naturalizado francês, Ignacy Sachs. Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas adotou o conceito no famoso Relatório Brundtland, que discutia o futuro comum dos habitantes da Terra. No relatório, o termo desenvolvimento sustentável foi definido como:

“[...] o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 7).

O Relatório Nosso Futuro Comum legitimou o conceito de desenvolvimento sustentável (SNEDDON et al, 2006). Afirmando que o termo se referia ao atendimento das “necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender suas necessidades” (RELATÓRIO BRUNDTLAND de 1987). Na década de 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu, em Estocolmo, a Primeira Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, cujo debate sobre a questão ambiental fez com que os países passassem a inserir essa temática no centro de suas políticas públicas.

Com dez anos de atraso já na década de 1980, a Assembleia Geral da ONU, presidida por Gro Harlem Brundtland, criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Em 1987, essa comissão lançou o relatório Nosso Futuro Comum, que recebeu o nome de Relatório Brundtland.

Está implícita no Relatório a noção de limites ao desenvolvimento e a ênfase de que os países ditos “em desenvolvimento” ou “emergentes” não poderiam seguir o mesmo ritmo de crescimento econômico dos países “desenvolvidos”, pois os recursos naturais necessários estariam ameaçados, mesmo que estivessem, como ocorrem hoje em sua grande maioria de importância para a produção industrial, localizados nestes países emergentes.

Para (RAMOS, 2010; FREITAS, 2010), a concepção de desenvolvimento sustentável descrita no relatório está presente em encontros acadêmicos, nas produções técnicas, científicas, em conferências. A compreensão sobre sua origem e consequências é motivo de disputa, divergências, imprecisões. Porém teriam ficado implícitos no referido relatório os limites do desenvolvimento dos países denominados “emergentes”, pois o ritmo de crescimento



econômico desses países deveria ser distinto dos países já “desenvolvidos”. A preocupação era com a ameaça aos recursos naturais, mesmo que eles estivessem, como ocorre hoje, em sua grande maioria para a produção industrial, localizados nesses países emergentes.

Embora o aprofundamento e a visibilidade nos debates em torno de uma proposta de desenvolvimento sustentável tenham ocorrido a partir do Relatório Brundtland, o processo que levou à sua adoção é anterior. Godard (1997) e Frey (2001) apresentam três abordagens teóricas existentes no meio científico e no dos especialistas vinculados à análise do desenvolvimento econômico e de suas consequências sobre a natureza.

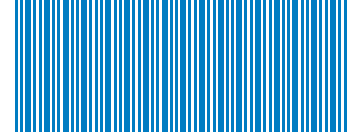
Ressalta-se que a iniciativa do Relatório Brundtland transformou a visão do homem social. Neste contexto, este homem moderno, passou a respeitar a natureza, sem ainda discutir as novas formas de produção e distribuição da riqueza por ele gerada. A preocupação passa a ser: preservar no sentido mais amplo.

Essa nova consciência trouxe a necessidade do desenvolvimento de uma linha de conduta ética entre esses dois fatores de produção (terra ou natureza e o homem), formando nova interligação ética entre as partes (homem-natureza). Na divisão ecológica internacional, segundo Fernandes (2002), após a publicação do Relatório Brundtland, a proposta do ecodesenvolvimento, presente na Conferência de 1972 em Estocolmo, entrou em desuso.

No contexto dos problemas dos países em desenvolvimento, o objetivo antes de tudo era com a defesa da humanidade ou com a promoção de uma vida digna para todos, o que, como consequência, deveria propiciar, também, uma harmonia maior com a natureza (FREY, 2001, pp. 13 e 5). A postura biocêntrica (que desencadeia contínua degradação do ambiente), “*tecnocrata e centralizadora*” filosoficamente, atuou em desfavor do Relatório Brundtland.

Para Porto-Gonçalves (2004, p. 39) o problema do desenvolvimento era:

[...] tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como também separá-los entre si, individualizando-os, o que envolve uma nova configuração societária, a capitalista e, portanto, mercantil [...].



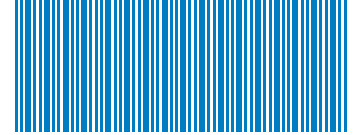
Ramos (2010, p. 4) sob a ótica de Marx, imaginou uma sociedade regida por:

[...]relações sociais na base da propriedade coletiva e de produtores livremente associados. Esta sociedade certamente usará a racionalidade no sentido do desenvolvimento sustentável, porque terá como objetivo produzir bens para o usufruto segundo a necessidade de cada um, e não para produzir objetos para serem trocados e, conseqüentemente, visando ao acúmulo de riqueza concentrada na mão de poucos (os detentores de capital).

Na verdade, a expressão desenvolvimento sustentável foi a que acabou se legitimando para negar a incompatibilidade entre o crescimento econômico contínuo e a conservação do meio ambiente. De modo a conciliar esses dois objetivos, isto é, de crescer sem destruir. Essa legitimidade foi conquistada em oposição à ideia de “*ecodesenvolvimento*”, preferida por algum tempo pelos principais articuladores do processo internacional que levou à Conferência do Rio, em 1992. De fato, durante a Eco-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro (Brasil), esse conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se o princípio fundamental e o parâmetro para a Agenda 21, com uma série de metas, aprovadas pelos mais de 160 países participantes.

A Agenda 21 Brasileira (CPDS, 2002), em tom muito modesto, afirma ter consagrado “*o conceito de sustentabilidade ampliada e progressiva*”. Ampliada porque preconiza a ideia da sustentabilidade permeando todas (sic) as (sete) dimensões da vida: *a economia, a social, a territorial, a científica e tecnológica, a política e a cultural*. Em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, chamada de Rio+10, se reuniu em Johannesburgo (África de Sul), ampliando a discussão em cima do que seria o tripé da sustentabilidade de caráter sistêmico: econômico, social e ambiental, mesmo que ainda embrionário em vários aspectos.

Já sustentabilidade progressiva significa que não se deve aguçar os conflitos a ponto de torná-los inegociáveis, e sim fragmentá-los em fatias menos complexas, tornando-os administráveis no tempo e no espaço. A origem da expressão “*desenvolvimento sustentável*” foi polêmica sobre a possibilidade de a expansão da economia poder ser conciliada com a preservação do meio ambiente, mas que estava inteiramente impregnada por um temor



apocalíptico da “*explosão demográfica*”, mesclada ao perigo de precipitação nuclear nos países de primeiro mundo, entre eles: Rússia, Estados Unidos, França, China e Reino Unido.

2. Análise e Desenvolvimento

Interessante observar que não seria possível estabelecer uma perfeita correspondência entre o crescimento e desenvolvimento, em lugar da natureza e do homem, e/ou da sociedade e o indivíduo. Diante da percepção crítica do modelo econômico convencional (capitalista), há uma longa tradição do pensamento científico visando conservar o princípio de que os fatos sociais têm dimensões essencialmente econômicas.

A mudança de paradigma começou a ser formulada primeiramente de um lado por Marx (1979 pp. 148-156), que discutiu a impossibilidade de um crescimento econômico, na forma mais elementar do capitalismo de mercado. E, de outro, pelas teorias de Daly H (1991), assistido teoricamente pelo primeiro.

Como frisa Daly (1991, p. 35),

“As trocas físicas que cruzam a fronteira entre o sistema ecológico total e o subsistema econômico constituem a matéria-prima da macroeconomia ambiental”.

Incluindo essas trocas físicas no modelo da economia, passa a ser decisivo determinar que volume de troca possa caber no contexto das relações natureza-economia.

2.1. A síntese do crescimento e do desenvolvimento

Historicamente a abordagem sobre esses dois conceitos, crescimento e desenvolvimento, eram feitas a partir do princípio de que se desejava o melhor para o homem, conseqüentemente para a sociedade. Logo após o declínio da divisão do império entre ocidental e oriental, veio o sistema feudal, cuja economia se caracterizava pela produção autossuficiente, destinada ao consumo local e não ao comércio em larga escala. Com as transformações nesse sistema a partir do século XIII, o desenvolvimento do comércio e das cidades ampliou as fontes de renda. E, à medida que o poder se concentrou nas mãos de um único rei, a conquista dessa autonomia trouxe a sensação de crescimento. Naquela época crescimento e desenvolvimento se caracterizavam apenas pelo aumento dos feudos (terra ou fonte



de renda concedida por um suserano ao vassalo, em troca de fidelidade e ajuda militar).

Do século XV, no contexto político do Absolutismo Monárquico durante a expansão marítima e comercial, com o interesse de enriquecer a burguesia e reforçar o poder de estado do rei, o mercantilismo perdurou até o final do século XVIII, passando por várias transformações e adaptações.

Os pilares do pensamento mercantilista eram a acumulação de metais preciosos, os lucros das atividades mercantis, a intervenção estatal, o protecionismo, o pacto colonial e o comércio exterior. O crescimento e desenvolvimento econômico eram determinados por meio do enriquecimento das nações. Os autores pré-clássicos, caso de David Hume (1711-1776), John Locke e George Berkeley, tiveram grande influência no desenvolvimento do cetismo e do empirismo.

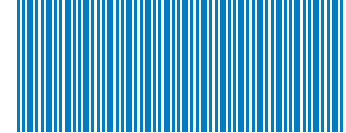
Essa teoria ética era baseada não na razão, mas na benevolência, e no interesse generoso pelo bem-estar de toda a sociedade. Rechaça a lógica mercantil de riqueza de Hume, na qual os países pobres têm como vantagem os salários baixos e várias tecnologias (não aplicadas ou exploradas), mas com potencial de crescimento.

2.2 A ideia clássica de crescimento e desenvolvimento

Autores clássicos se basearam no método idealista racionalista, acreditavam que a mudança era individual, ou seja, “uma das limitações dos mercantilistas, segundo Adam Smith (1723-1770), foi não perceber que uma troca deveria beneficiar as duas partes envolvidas no negócio, sem que se registre, necessariamente, um déficit para uma das nações envolvidas” (SILVA; CARVALHO, 2007, p. 4).

O homem era guiado pelo egoísmo, e a soma do bem-estar dos indivíduos é igual. Smith dividiu os países entre ricos e pobres, revelando a consciência de que os países não eram iguais². Thomas Malthus (1766), com base em estatísticas, conclui que a miséria é consequência da desproporção entre o crescimento da oferta de alimentos (cresce em progressão aritmética) e o da população (aumenta em progressão geométrica). Já David Ricardo (1772) não separa, assim como os outros clássicos, crescimento de desenvolvimento.

2. Para Smith (1976, p. 96): “Os países ricos têm vantagens inerentes sobre os pobres, pois os pobres falham na aplicação das políticas corretas”. O crescimento tem também uma ordem natural (que só é alterada quando o governo passa a interrompê-la): “As terras precisam ser cultivadas antes que alguma cidade tenha se estabelecido, e algum tipo de indústria ou manufatura precisa existir na cidade antes que se desenvolva o comércio exterior.”



Porém, como todos os clássicos, tem como ponto de partida vários valores que considera fundamental, como a “*Lei dos Rendimentos Decrescentes*” e o caso das reformas políticas e da liberdade religiosa, sendo que o crescimento está intimamente associado ao investimento (HEILBRONER, 1992)-.

2.3 Crescimento e desenvolvimento contemporâneo: os neoclássicos

Os pós-clássicos mudam ligeiramente a concepção sobre o “como” alcançar esse bem-estar social. Não há uma confrontação com os clássicos, pois segundo Heilbroner (1992), eles se utilizam das mesmas ideias para fundamentar a teoria que busca o desenvolvimento através de medidas macroeconômicas³⁴⁵. Nesse caso, o desenvolvimento econômico se confunde também com o crescimento.

Para Evsey D. Domar (1914-1997), o problema relacionado ao desenvolvimento está novamente ligado ao crescimento econômico. O modelo “Harrod-Domar” (1946) dizia que não se trata de uma questão de atitude, como diria Schumpeter, e sim algo ligado a políticas que devem ser tomadas para que os países cresçam. Já Hobsbawm (1995, p. 108) afirmou que a preocupação tem que ser global em vez de local. Embora se ganhe mais tempo se for possível cobrar da maior fonte de poluidora.

“uma modesta tentativa de elevar um imposto de energia pode causar insuperáveis dificuldades políticas..... numa sociedade de livre mercado, o efeito da multiplicação dos custos de energia de doze a quinze vezes em seis anos não foi diminuição do uso de energia, mas torná-lo mais eficiente, estimulando ao mesmo tempo o investimento em novas e ambientalmente duvidosas fontes do insubstituível combustível fóssil. Estas, por sua vez, tornaram a baixar o preço e estimular mais desperdícios”.

O crescimento zero nas condições existentes plasmaria as atuais desigualdades entre os países do mundo, uma situação mais tolerável para o habitante médio da Suíça do que para o habitante médio da Índia. Não por acaso, o principal apoio para as políticas ecológicas vem dos países ricos e das confortáveis classes rica e média em todos os países (com exceção dos homens de negócios que esperam ganhar dinheiro com atividades poluentes). Os pobres, multiplicando-se e subempregados, querem mais crescimento, não menos⁶.

O crescimento neoclássico então passa a ser entendido como uma necessidade de cada país, região ou classe social

3. Por exemplo: J.A Schumpeter (1863) acreditava que o principal elemento para o crescimento seriam os empreendedores, que buscariam essas oportunidades rentáveis e reaplicariam os lucros fazendo para o crescimento da riqueza (HEILBRONER, 1992).

4. Roy F. Harrod (1900-1978) dá extrema importância a fatores macroeconômicos ao crescimento de uma país. A satisfação social ocorre quando o equilíbrio entre taxas de crescimento e renda são iguais, “... todas as partes ficam satisfeitas produzindo nem mais, nem menos a quantidade justa” (HEILBRONER, 1992).

5. Ragnar Nurkse (1907-1959) dizia: “um país é pobre porque é pobre”, e o crescimento econômico, no curto prazo, poderia até se apoiar nas elites, mas no longo prazo iria gerar alto custo para a produção de bens de consumo final (devido ao fraco mercado interno composto por pobres e desempregados na sua maioria), não permitindo, assim, a diversificação de um mercado de bens, pois os investimentos necessários não poderiam ser pagos, o que acaba freando o crescimento (HEILBRONER, 1992).

6. Para Hobsbawm (1995), é inegável que tal equilíbrio seria incompatível com uma economia mundial baseada na busca ilimitada do lucro, com empresas dedicadas a este fim e objetivo, de competir umas com as outras num mercado livre global. Ou seja, segundo ele, do ponto de vista ambiental, o futuro da humanidade com certeza não será capitalista.



(SOUZA, 1997, 17). Após ver consagrada a expressão “*países subdesenvolvidos*” no discurso de posse do presidente Harry S. Truman, dando aos Estados Unidos o *status* de país essencialmente capitalista e desenvolvido, iniciou-se a corrida pelo crescimento com desenvolvimento, que os diversos países ditos subdesenvolvidos passaram a almejar na tentativa de conciliar os dois aspectos da doutrina econômica (crescimento e desenvolvimento).

Para Furtado (1968) “*há uma tendência contemporânea de englobar ao conceito de crescimento econômico o desenvolvimento humano*”. Na visão de Sen (2000), “*para que ocorra desenvolvimento econômico é necessário interligar o desejo de possuir riqueza econômica e a percepção da vida que se pode levar com tal riqueza*”.

Nos países mais avançados não se debate o aumento da produção de riqueza como base do desenvolvimento, o discurso é sobre a prosperidade sem crescimento econômico, ou “*throughput*” (transferência), de acordo com Daly (2004 p. 123) “*transumo*” ou processamento, representando “*o fluxo físico entrópico de matéria e energia proveniente de fontes naturais que passa pela economia humana e regressa aos sumidouros da natureza, e a manutenção dos padrões atuais de consumo de recursos naturais é inviável num planeta superpovoado*”, onde a taxa absoluta de crescimento da população faz crescer o consumo acima da taxa de reposição dos estoques.

2.4 Valoração crítica de Karl Marx

Segundo Marx e Engels (1988, p. 76), todas as sociedades tiveram suas histórias baseadas nas lutas de classes: “*Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta*”.

A sociedade burguesa que surge com a decadência da sociedade feudal aboliu os antagonismos do sistema feudalismo, transfigurando-os na diferença de classes capitalistas, na exploração e opressão de uma classe sobre outra e na exploração dos recursos naturais. Discorrendo sobre a guerra travada pelo capital, para arrancar o campesinato da terra e para submeter a atividade agrícola à lógica mercantil, Marx (1996, p. 113) *denunciou a exploração dos recursos naturais das colônias, que propiciou*



o enriquecimento de uma parcela da burguesia e intensificou a destruição desses recursos, sobretudo, nos países do hemisfério sul.

As mudanças ocorridas no decorrer do século XVIII, com a consolidação do modo de produção capitalista, acarretaram profundas alterações na relação do homem com a natureza e seus recursos limitados. Marx (1996, p. 113), discorrendo sobre a guerra travada pelo capital, para arrancar o campesinato da terra e para submeter a atividade agrícola à lógica mercantil, denunciou a exploração dos recursos naturais das colônias, que propiciou o enriquecimento de uma parcela da burguesia e intensificou a destruição, sobretudo nos países do hemisfério sul, dos recursos naturais das colônias, que propiciou o enriquecimento.

O crescimento econômico, então, descrito dentro do sistema capitalista, tem uma relação íntima com a acumulação e concentração de capital. O lucro é a base dessa concentração. O investimento torna-se necessário porque o capital está em constante competição com outros capitais, e aqueles capitalistas que não aperfeiçoam suas técnicas e diminuem os seus custos estão fadados ao desaparecimento.

O aperfeiçoamento está intrinsecamente ligado com a acumulação do capital, pois capitais de pequeno porte não podem atingir determinados níveis de aperfeiçoamento. Logo os capitais atingem determinados estágios nos quais se torna impossível a entrada de outros capitalistas, acabando com o sistema concorrencial. Implicando ao mesmo tempo que uma oferta crescente (devido ao aperfeiçoamento dos processos produtivos) encare uma demanda decrescente (já que haveria uma insuficiência de demanda gerada pelo desemprego causado pelos meios de produção aperfeiçoados).

Obviamente gera um excesso de oferta e, portanto, condena as empresas, a um nível global, e o próprio sistema capitalista. Consequentemente a economia não cresce num longo prazo, ela se modifica, pois haveria um choque entre duas classes (aqui está mais uma vez uma demonstração da dialética a da abstração utilizada por Marx), a dos detentores de capital e a dos trabalhadores. Marx conceitua o desenvolvimento econômico por uma sucessão de fases, sendo que a sua última fase seria a do socialismo, fase que sucede o capitalismo. Portanto o último estágio, considerado como o estado ótimo por Marx, seria um estado em que os proletariados tornassem-se donos dos meios de produção, ou melhor, esses se apropriariam dos meios de produção.



Marx (1996) diz: *“a ditadura do proletariado”*. Portanto, o desenvolvimento econômico só ocorre enquanto há uma luta constante entre as classes, e todos os valores que o capitalismo criou seriam destruídos, não havendo por fim mais conflito. As perspectivas do tipo crítica ao capitalismo buscam amparo, por exemplo, em trechos do prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, no qual Marx fala de *“relações de produção [...] que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das [...] forças produtivas materiais”*, ou, ainda, em trechos do conhecido prefácio à primeira edição de *O Capital*, em que Marx utiliza por diversas vezes o termo desenvolvimento, geralmente em referência aos casos Inglês e Alemão (tomados ambos, especialmente o primeiro, como *“laboratórios de investigação”*). Nesse particular, Marx faz afirmações como: *“um país desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido”*.

Recupera-se e vem à tona, quer dizer, à superfície, sua apreensão sobre a relação: homem, natureza e capitalismo. Os aspectos para um novo tratamento às questões ambientais diante da insustentabilidade, inerente ao modo de produção capitalista, e a destrutividade que o acompanha. É importante lembrar que em nenhum momento da sua teoria do desenvolvimento econômico Karl Marx insinua a socialização dos meios de produção. Sendo assim, a única forma de a classe operária ampliar o seu nível de bem-estar social é se apropriar de maior parcela do produto social.

Para orientar uma análise crítica dessas interpretações, demonstrou-se útil dividir a discussão da visão de Marx sobre o desenvolvimento em dois níveis: a) o primeiro, do desenvolvimento das sociedades em geral, ou seja, de uma *“teoria da história”*, aquele que seria o nível mais abstrato e trans-histórico; b) o segundo seria o de uma *“teoria do capital”*, específica para o modo de produção capitalista, ou seja, uma teoria do desenvolvimento capitalista.

O objetivo dessa divisão é deixar claro quais proposições de Marx e de seus intérpretes derivam dos pressupostos gerais e trans-históricos, De acordo com esta concepção, estaria sendo apresentando a história humana. amparada, por exemplo em trechos do prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, no qual, Marx (1982, p. 26) fala de:

“relações de produção [...] que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das [...] forças produtivas materiais”.



Ou ainda em trechos do conhecido prefácio da primeira edição de *O Capital*, em que Marx utiliza por diversas vezes o termo *desenvolvimento*, geralmente em referência aos casos Inglês e Alemão (tomados ambos, especialmente o primeiro, como “laboratórios de investigação”). Nesse particular, Marx (2002, p. 16) faz afirmações como:

“o país desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido”, ou mesmo, “uma nação deve e pode aprender de outra. [...] não pode ela suprimir, por saltos ou por decreto, as fases naturais de seu desenvolvimento” (Ibidem, pp. 17-18).

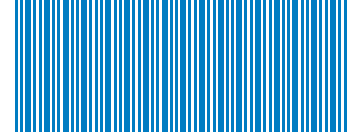
Nas passagens mencionadas acima estaria descrito o comunicado de Marx aos conterrâneos alemães, que o futuro de seu país poderia ser conhecido diretamente pelo exame do passado de um país mais desenvolvido: a Inglaterra. Ainda que o emprego da palavra desenvolvimento nas passagens citadas tenha alimentado polêmicas, é possível entender à questão dentro do mesmo ambiente teórico.

Uma interpretação instigante encontra-se no trabalho do filósofo marxista G. Lukács (1979). Considerando o conjunto da obra e o sentido geral da teoria social marxiana, Lukács propõe que, com a palavra desenvolvimento, Marx tem por referência o aumento objetivo da complexidade como elemento regulador da dinâmica de funcionamento de objetos estruturados ao longo do tempo (Idem, p. 54).

2.5 Valoração crítica de Herman E. Daly

Reforçado por alguns textos pinçados da obra de Karl Heinrich Marx, o *Capital, Livro I, o processo de produção do capital (1867)*, o texto de Daly traz uma visão sobre as diretrizes de políticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, transumo ou processamento, e associadas às teorias de uma economia estável, nas quais “*um fluxo físico entrópico de matéria e energia proveniente de fontes naturais passa pela economia humana e regressa aos sumidouros da natureza*” (DALY, 1991). No original “*throughput*”; de acordo com o autor transumo ou processamento

“é o fluxo físico entrópico de matéria e energia proveniente de fontes naturais que passa pela economia humana e regressa aos sumidouros da natureza (...)”.



Ver Herman E. Daly, *“La economía en estado estacionario: hacia una economía política del equilibrio biofísico y el crecimiento moral*, p. 335.

“o crescimento sustentável” (sustainable growth) é um “thought-stopping slogan”,

Esse teorema sustenta que a manutenção dos padrões atuais de consumo de recursos naturais é inviável num planeta superpovoado. Em outras palavras, o crescimento do consumo per capita é incompatível com o crescimento da população. Essa relação entre crescimento econômico e o da população inevitavelmente levaria a uma grave crise ambiental.

Ver Daly, H. Epílogo: *Algunos malentendidos comunes y otros problemas relacionados con una economía en estado estacionario*, pp. 371-72.

O termo desenvolvimento sustentável, portanto, faz sentido para a economia, mas apenas se entendido como desenvolvimento sem crescimento – a melhoria qualitativa de uma base econômica física que é mantida num estado estacionário pelo transumo de matéria-energia que está dentro das capacidades regenerativas e assimilativas do ecossistema. Atualmente, o termo desenvolvimento sustentável é usado como um sinônimo para o oxímoro crescimento sustentável. Ele precisa ser salvo dessa perdição.

Esses escritos permitiram, de forma concisa, estabelecer uma correlação entre o crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade, ao permitir analisar os fatores econômicos, ambientais, éticos sociais, ou seja, o desenvolvimento sustentável, como fundamento para a economia e o desenvolvimento sem crescimento de Daly (1991). A ideia é a de que o crescimento nulo seja necessário para a construção de desenvolvimentos sustentáveis, adaptando-se e aperfeiçoando-se em conhecimento, organização, eficiência técnica e sabedoria.

O termo estado estacionário é utilizado da mesma forma empregada pelos economistas clássicos, como o fez John Stuart Mill (HEILBRONER, 1992), referindo-se a uma economia em que permanecem constantes tanto os estoques de riquezas físicas (capital) quanto o de pessoas (população).

Em Daly, H. *Introducción a la economía en estado estacionario*, p. 26 e seg, verifica-se uma questão fundamental para entender o crescimento, sem desenvolvimento, ou vice-versa. O autor conclui



que há um novo requisito que exige ajustes em ultrapassadas concepções do desenvolvimento: é a sustentabilidade ambiental do crescimento e da melhoria de vida⁷.

Nesse contexto, a noção de desenvolvimento sustentável, de tanta importância nos últimos anos, procura vincular estreitamente a temática do crescimento econômico com a do meio ambiente. Embora para compreender tal vinculação seja necessário repassar por alguns fundamentais, sob três aspectos, dentre os quais:

- a) o dos comportamentos humanos, econômicos e sociais, que são objeto da teoria econômica e das demais ciências sociais,
- b) o da evolução da natureza, objeto das ciências biológicas, físicas e químicas, e
- c) o da configuração social do território, da geografia humana, das ciências regionais e da organização do espaço.

Nesse sentido, o esforço das ciências econômica e sociais e até mesmo da engenharia está em formular modelos alternativos que destaquem a importância das transformações da sociedade em relação ao consumo visando um desenvolvimento sustentável.

3. Conclusão

O desenvolvimento humano é essencial para que o desenvolvimento econômico se estabeleça, de maneira que países como o Brasil não atingiram o pleno desenvolvimento em função da sua histórica desigualdade social.

3.1 O que é crescimento?

Desde a escola clássica, é um conceito quantitativo que envolve normalmente o crescimento da capacidade produtiva mensurada pelo Produto Interno Bruto, ou PIB

3.2 O que é desenvolvimento?

Em meio a tantas linhas especulativas, o que se destaca é uma forte visão convergente de que as sociedades industriais estão entrando em uma nova fase de sua evolução. Ao mesmo tempo, as diversas versões sobre o “desenvolvimento sustentável” parecem estar muito longe de delinear, de fato, o surgimento dessa nova utopia de entrada no terceiro milênio. (resenhista: Cristiano das Neves Bodart).

7. Darly (1991, p. 132) reafirma que é impossível, através do crescimento econômico, sair da pobreza e da degradação ambiental. A sustentabilidade nunca poderá se pautar no crescimento, pois quando sustentável é um mau oxímoro, como contraste dos termos crescimento e desenvolvimento, onde o primeiro pode ser igual ao aumento de riqueza, sem “rediscutir a margem e escala atual, que contribui para o aumento desta riqueza”, na mesma medida da diminuição da pobreza, pois os “fatos atestam que o que torna os países do norte mais ricos torna os sulistas mais pobres sendo que os custos aumentam mais do que os benefícios”, o segundo ainda não se pode entender. E é preferível à expressão desenvolvimento (expandir ou realizar os potenciais) ou trazer gradualmente a um estado mais completo, “maior ou melhor” do que crescimento guiado pela geopolítica mundial que consente um equilíbrio entre os bens e serviços (limitados) e as necessidades (ilimitadas), no sentido econômico.



3.3 Há crescimento? E crescimento com desenvolvimento?

Enquanto o crescimento econômico significa que durante um ou vários períodos ocorreu um aumento de uma unidade econômica, o desenvolvimento econômico vai além, impactando diretamente a qualidade de vida das pessoas e da sociedade em geral. Como conclusão, tanto o crescimento quanto o desenvolvimento econômico só ocorrem no modo de produção capitalista.

De outro modo, o crescimento econômico é entendido como uma etapa anterior ao desenvolvimento, não possibilita o aumento da qualidade de vida do conjunto da sociedade. O crescimento só se verifica a partir de uma maior exploração dos recursos naturais e do homem como maior responsável pela geração de mais valor aos produtos e mercadorias.

3.3.1 Crescimento em Daly

É o aumento na produção física de bens e serviços, mas o desenvolvimento é qualitativo. A economia de estado estacionário segue em direção a uma economia política de equilíbrio biofísico e de crescimento moral

3.3.2 Crescimento em Marx

A ideia é a de que os trabalhadores poderiam ser prejudicados à medida que o capitalismo se tornava mais produtivo, ou entrasse em crescimento econômico.

3.4 Discussões

Segundo Marx (1973), o problema do crescimento era que:

“existia alimento para todos, mas as pessoas não tinham acesso por falta de condição financeira e distribuição desigual de renda”.

Ainda segundo Marx (1973):

“a sociedade burguesa que surge” com a decadência da sociedade feudal aboliu os antagonismos dos sistemas estamentais do feudalismo, ou seja, quem nascia rico era rico (sistema castas), ao contrário neste sistema acontece a oportunidade de nascer pobre e ficar rico, mesmo transfigurado na diferença de classes capitalistas, na exploração e opressão de uma classe sobre outra e na exploração dos recursos naturais.



Na visão de Daly (2004), o termo estado estacionário (oriundo da econômica clássica) classificava como constantes tanto os estoques de riquezas físicas (capital) quanto o de pessoas (população). Ainda segundo Daly (2007, p. 117), “O estado estacionário é tanto necessário quanto desejável, mas não é nem estático nem eterno – é um sistema em equilíbrio dinâmico com sua biosfera contida, sustentada e entrópica. O caminho do progresso deslocar-se-ia do maior e mais em direção ao melhor e mais durável”.

Encontra-se estabelecida a discussão de que o homem deve incorporar uma conduta comportamental decorrente da conscientização ambiental e conseqüente compromisso pessoal com a preservação e conservação da vida global, e que do ponto de vista ecológico, segundo Altvater (1995), “*tem-se a relação desenvolvimento e ambiente de maneira recíproca, entretanto, mesmo com propostas do tipo crescimento zero, se gasta energia e matéria-prima*”, comprometendo-se o meio ambiente onde se está inserido. Com isso conclui-se que a medida da degradação da natureza não está no coeficiente de crescimento, “*mas no modo de regulação do “metabolismo” e da troca material entre a natureza, o individuo e a sociedade*”. E esses conceitos levam à interpretação de que a busca do crescimento sustentável converte-se em condição fundamental para que um país alcance patamares superiores de desenvolvimento.

Desse modo, não se pode conceber países que almejam elevar o nível de desenvolvimento econômico e social sem crescimento equilibrado, condição válida para todos. A questão é: quais seriam as condições básicas para o crescimento sustentável? Levando-se em conta o que foi discutido anteriormente, essas condições não existem, pois todo crescimento, ao explorar o meio ambiente, gera resíduos e degradação.

O saldo, portanto, é sempre negativo, ainda mais se não houver uma melhoria do padrão de vida da sociedade em torno desse crescimento. Aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável é depositar todos os esforços na consolidação do Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável (ISEW), concebido em 1989 por John B. Cobb.

Embora tenham sido criadas medidas de progresso socioeconômico diferentes das realizadas por meio do Produto Interno Bruto (PIB), a noção de prosperidade transcende os interesses materiais. Em contradição Daly (2004), em seu



subsistema, reafirma que a economia deveria parar de crescer, mas continuar a se desenvolver sob a ótica da economia ecológica ou “*economia verde*”.

As mudanças ocorridas no decorrer do século XVIII, com a consolidação do modo de produção capitalista, acarretaram profundas alterações na relação do homem com a natureza, mudanças essas que podem ser verificadas nos dias atuais, com a apropriação do trabalho em benefício do capital. Segundo Veiga (2006): “*para os adeptos da ‘sustentabilidade fraca’ reforça a visão do crescimento como desenvolvimento, de acordo com a qual a ampliação do sistema econômico gera alterações qualitativas da sociedade.*” Assim, para que se construa uma economia sustentável, os bens e serviços ambientais devem ser valorados e comercializados no mercado.

Essa valoração dos bens não deve ser feita apenas com relação ao valor de uso dos serviços e recursos pelos seres humanos, mas também pelos valores intrínsecos dos diferentes recursos, independentemente de sua relação com os seres humanos. Além de adeptos incondicionais do livre mercado, tanto os defensores do conceito de sustentabilidade fraca quanto os de sustentabilidade forte defendem, contraditoriamente, que o Estado tem um papel-chave na regulamentação dos impactos ambientais.

3.5 Considerações finais

Porém é preciso compreender se realmente o desenvolvimento econômico pode levar à equidade social, ou se as desigualdades sociais são elementos fundamentais para a perpetuação do modo de produção estabelecido nas economias contemporâneas. Quer dizer: *se a reprodução do capitalismo se dá em função cada vez mais da apropriação da força de trabalho, como esperar uma melhora material dessa força de trabalho se a desigualdade é intrínseca a esse modelo?*

Dessa forma, o crescimento econômico por meio dos avanços tecnológicos e industriais e das relações de mercado tem parte inquestionável na conquista do desenvolvimento econômico. No entanto, enfatiza-se que o investimento no ser humano não aparece como complemento primordial para a formação de um ciclo econômico equilibrado. Na medida em que somente o homem é capaz de agregar valor em um processo produtivo contínuo e sistêmico, o investimento deveria ser primeiramente direcionado a este homem, como fundamento da melhoria de sua capacidade social.



Em relação a à questão ambiental as discussões em torno da dessa temática, são estéreis e reduzidas tão somente ao consumo dos recursos naturais, sem levar em conta, sua escassez. Assim, a busca por responsáveis pelo estágio econômico atual, também, parece estéril, na medida em que o governo e as empresas, juntos, não geram o valor; em última instância são os agentes, provedores e mediadores, e somente a força de trabalho é capaz de gerar o valor, ou mais-valia, como executante da satisfação de suas necessidades e das necessidades alheias.

Entendido como um dos elementos da produção capitalista, mas não o principal, em proporção, o aumento da exploração de recursos provenientes da natureza implica a redução de áreas, máxima produtividade. É possível que a crise de saúde pública atual, causada pela pandemia, além de ter estampado toda a fragilidade do homem em dominar a natureza, se reproduza em outra crise, esta social.

É imprescindível reconhecer as limitações do capitalismo neoliberal, o sentido político deve ser mais à esquerda em prol de uma inevitável política redistributiva feita por meio da renda mínima nacional, e de longo prazo, consolidando o conceito de que somente o homem é capaz de gerar valor na esfera produtiva das nações.

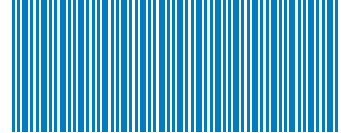
REFERÊNCIAS

ACCIOLY, H. *Manual de Direito Internacional Público*. 11ª ed., 8ª tiragem. São Paulo Saraiva, 1991.

ALIER, J.M.; SCHLUPMANN, K. *La Ecología y la Economía*. México: Fondo de Cultura Económica 1991.

ALIER, J.M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Trad. Mauricio Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

ALTVATER E. *O preço da riqueza: pilhagem, ambiental e a nova (des)ordem mundial*, UNESP, 1995.



BANCO MUNDIAL. *Uma associação para o progresso do meio ambiente: o Banco Mundial na América Latina e no Caribe*. Washington: Banco Mundial, 1994.

_____. *A ideologia Alemã* (Feuerbach). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

_____. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

_____. À redação de Otietchestvieniie Zapiski. In: FERNANDES, R.C. *Dilemas do Socialismo: A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982. 198 Revista Outubro, n. 22, 2º semestre de 2014.

BONENTE, B.I. Desenvolvimento em marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista Development. In: *Marx and in economic theory: claiming a negative critique of capitalist development*, 2014.

CMMAD-Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Relatório Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMTE A. (1798-1857) In: *Só Filosofia*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2020.

COMTE, A. 1890. *Système de politique positive ou traité de Sociologie instituant la Religion de l'Humanité*. 3ème ed. 4 v. Paris: Larousse. 1895.

COUTINHO, R. "Crise ambiental" e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo "selvagem". *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 19, pp. 21-36, 2009.

DALY, H. *Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development*. Boston: Beacon Press, 1996.

_____. *Ecological Economics and Sustainable Development: Selected Essays*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2007.



_____. *Pontos de Vista "Point of View", Crescimento Sustentável? Não, obrigado*, México: Fondo de cultura económica, 1989.

_____. *Economía, Ecología y Ética: Ensayos Hacia una Economía en Estado Estacionario*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

DALY, H.; FARLEY, J. *Ecological economics: principles and applications*. Washington: Island Press, 2010.

DALY, H. Elements of environmental macroeconomics. In: COSTANZA, R. (Org.) *Ecological economics: the science and management of sustainability*. New York: Columbia University Press, 1991. pp.32-46.

DALY, H.; FARLEY, J. *Ecological economics: principles and applications*. Washington, DC: Island Press, 2004.

ENGELS, F. (1976). *A Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

FERNANDES, R.C. *Dilemas do Socialismo: A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERNANDES, M. *Desenvolvimento sustentável. Antinomias de um conceito*. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 2, p. 246-260, jul./dez. 2002.

FOSTER, J.B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FREITAS, R.C.M. A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, p. 889-899, 2010.

FREITAS, R.C.M.; NÉLSIS, C.M.; Nunes, L.S. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável, UFSC, *Rev. katálysis On-line* ISSN 1982-0259, vol.15 no.1 Florianópolis Jan./June 2012.



FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n. 9, pp. 115-148, jul./ dez. 2001.

FRICK, J.P. *Auguste Comte, ou La République positive*. Presses universitaires de Nancy, Nancy, 1990.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 2ª edição, Ed Nacional. São Paulo, 1968.

GENUA, M. *Auguste Comte e la cultura francese dell'Ottocento*: in ricordo di Mirella Larizza / a cura di Marco Geuna, Cisalpino, Milano, 2004.

GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*. Cambridge, Mass., EUA: Harvard University Press, 1971.

GEORGESCU-ROEGEN, N. "A Função de Produção Linear Agregada e suas Aplicações ao Modelo Econômico de von Neumann", 1951, em Koopmans, editor, *Análise de Atividades de Alocação e Produção*.

GIULIANI, G.M. *Sociologia e Ecologia: Um Diálogo Reconstruído**, ISSN 0011-ISSN 1678-4588, <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581998000100005>, vol. 41 no. 1 Rio de Janeiro 1998.

GODARD, O. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). *Faces do trópico úmido*. Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: UFPA, p. 107-130 1997.

GOLDEMBERG, M (Org.). *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1992.

HEILBRONER R. *A História do Pensamento Econômico*. Título original: *The Worldly Philosophers* - Robert L. Heilbroner.



Copyright © 1953, 1972, 1980, 1992 Direitos de tradução:
Círculo do Livro Ltda. Tradução: Therezinha M. Deutsch Sylvio
Deutsch – Consultoria: Paulo Sandroni.

HERCULANO, S.C. (1992), “Do Desenvolvimento (In)
Sustentável à Sociedade Feliz”. In: M. Goldemberg (Org.).
Ecologia, Ciência e Política. Rio de Janeiro: Ed. Revan.

DALY, H.E. ** *Pontos de Vista/Point of View crescimento
sustentável?* não, obrigado Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº.
2 jul./dez. 2004.

HOBSBAWM, E.J. *O presente como história: escrever a história
de seu próprio tempo*. Novos Estudos CEBRAP, nº 43,
novembro, pp. 103-112, 1995.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da
atividade do homem. In: COUTINHO, C.N.; NETTO, J.P. (Orgs.).
O jovem Marx e outros escritos de filosofia: György Lukács. Rio
de Janeiro: UFRJ, 2007.

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos
fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo:
Boitempo, 2012.

MARSHALL, A. *Principles of economics*. 9.ed. London:
Macmillan, 1961. v.I.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Tradução
de Alvaro Pina. São Paulo: Global, 1988.

_____. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

_____. “*Manifesto of the Communist Party*”, Moscow: Progress
Publishers, 1973.

_____. The East India Company – Its history and results. In:
MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. New York: International
Publisher, p. 148-156. 1979.



- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011[1857-58].
- _____. *O Capital: livro II*. São Paulo: Boitempo, 2015[1885].
- _____. *O Capital: livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013[1867].
- _____. *Manuscritos: Economía y Filosofía*. Madrid: Alianza Editorial 1968.
- _____. *O Capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 3v, 1983. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Coordenação e revisão de Paul Singer. (Os Pensadores, livro 1, tomo 2) Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MEDEIROS, J.L. *A Economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. Niterói: EDUFF, 2013.
- MOTA, A.E.; SILVA, M.G. *A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade*. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 19, pp. 37-50, 2009.
- ONU/PNUD. Organização das Nações Unidas e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/index.php?lay>>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- OPHULS, W.; BOYAN JR., A. *Ecology and the Politics of Scarcity Revisited: the Unraveling of the American Dream*. New York: W.H. Freeman, 1992.
- PODOLINSKIJ, S. (1880), “*Le Socialisme et l’Unité des Forces Productives*”. La Revue Socialiste, nº 8, Paris.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. *Geografia política e desenvolvimento sustentável*. Terra Livre, São Paulo, n.11/12, pp. 9-76, 1996.



RAMOS, M.H.R. *Desenvolvimento sustentável numa perspectiva crítica*. 2010. Disponível em: <http://www.redecomunaverde.org/rede/index.php?option=com_content&view=article&id=68:dese>. Acesso em: 18 set. 2011.

_____. “Auguste Comte (1798 - 1857)” em Só Filosofia. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2021. Consultado em 03/02/2021 às 16:04. Disponível na Internet em http://www.filosofia.com.br/historia_show.php?id=111

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento*. Crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMUELSON, P. *Economics: an introductory analysis*. 7.ed. New York: McGraw-Hill; Tokyo: Kogakusha, 1967.

SAMUELSON, P.; NORDHAUS, W. *Economia*, McGraw-Hill, 1948.

SANCHÉZ, L.E. *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

SCHUMPETER, J. *History of Economic Analysis*. New York: Oxford University Press, 1954.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. SP, Companhia das Letras, 2000.

SNEDDON, C.; HOWARTH, R.B.; NORGAARD, R.B. *Sustainable development in a post-Brundtland world*. *Ecological economics*, v. 57, n. 2, pp. 253-68, 2006.

SILVA, M.G. *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

SMITH, A. *The Theory of Moral Sentiments*. New York: Oxford University Press, 1976.

SOUZA, N.J. *Desenvolvimento Econômico*. 1ª ed. ver. e ampl., Editora Atlas S.A., São Paulo, 1997.



THOMAS, K. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

UBALDI, P. *Princípios de Uma Nova Ética*, Editora: fundapu, 1988.

VEIGA, J.E. *A emergência socioambiental*. São Paulo: Senac, 2007.

_____. *Meio Ambiente & Desenvolvimento*. São Paulo, Editora SENAC, 2006.

_____. *Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2ª ed. (Parte 1, Cap. 2, pp. 88-106; Parte 2, Cap. 4, pp. 173-184, pp. 185-209), 2006.

Recebido em: 20/08/2020.

Aceito em: 14/12/2020.

